

## **A VISÃO CONTEMPORÂNEA DE TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA MATERIALISTA**

### **THE CONTEMPORARY VISION OF TERRITORY WITH THE MATERIALISTIC PERSPECTIVE**

**Helberty Vinícios Coelho**

Advogado e Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio  
Doce  
raza.br@gmail.com

**Rosângelo Rodrigues de Miranda**

Pós-doutor, doutor e mestre em Direito, docente do curso de Gestão Integrada do  
Território pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)  
rosangelorm@hotmail.com

**Resumo:** Os estudos territoriais alçaram importante relevância na atualidade dada a sua abrangência frente as mais variadas classificações. Assim, o artigo aqui proposto tem a missão de apresentar os conceitos sobre território na visão materialista de Claude Raffestin e Milton Santos, a fim de contribuir com outro olhar para com os estudiosos dessa seara. Preliminarmente será feito um panorama desse estudo, com a apresentação do termo território, e seus movimentos subjacentes como as territorialidades, desterritorialização e reterritorialização. Posteriormente, o trabalho se sustentará nos pormenores esposados nos pensamentos dos autores em questão, como meio de ajudar a refletir sobre os novos processos sociais da contemporaneidade.

**Palavras chaves:** Território, Estudos contemporâneos, visão materialista, Claude Raffestin, Milton Santos.

**Abstract:** Territorial lifted studies major importance today because of its comprehensiveness front the most varied classifications. Thus, the article proposed here has the mission to introduce the concepts of territory in the materialistic view of Claude Raffestin and Milton Santos, to contribute another look with this harvest studios. Preliminarily will be an overview of the study, with the presentation of the term territory, and its underlying movements such as territoriality, deterritorialization and reterritorialization. Subsequently, the labor will in detail the thoughts espoused by the authors in question, as a means of helping to reflect on the new social processes of contemporaneity.

**Key words:** Territory, Contemporary studies, materialist view, Claude Raffestin, Milton Santos.

## 1. Introdução

Os dicionários da língua portuguesa no Brasil definem território como uma expressão “originada do latim *territoriu*,” (HOUAISS, 2009, p. 1835) que significa “uma extensão considerável de *terra*” (FERREIRA, 2009, p.1941). Juridicamente, “exprime toda extensão da *superfície terrestre* ocupada por um povo”, e, politicamente, a “coletividade fixada nas *terras* que, devidamente limitadas ou definidas, compõem a extensão geográfica”. (SILVA, 2006, 1389).

Contudo esse termo primado pelos limites físicos terrestres não mais é válido para os estudos territoriais contemporâneos. Afinal, “vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade, que se demonstra incompleta, legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 2005, p.255). E assim, não mais existe uma abordagem com ênfase na superfície terrestre, mas sim no seu todo, inclusive em seu interior, principalmente porque, ali, os sujeitos, também chamados de atores, exercem no seu cotidiano atividades heterogêneas que alteram as características desse lugar.

Dessa feita, a contribuição disciplinar da geografia clássica torna-se insuficiente para estudar, analisar, entender e fazer proposições que possam apontar possíveis soluções para os complexos conflitos das atividades sociais desses atores (SANTOS, 1996, p.72-77). É justamente nesse ponto que surgem os estudos territoriais, como meio de ajudar a refletir sobre os novos processos sociais.

É indispensável aduzir que os estudos territoriais, iniciados por volta de 1950, renovaram o pensamento geográfico e, a partir de 1970, lançaram mão da interdisciplinaridade, que busca responder aos “problemas gerados pelo próprio avanço da ciência moderna disciplinar, quando esta se caracteriza como fragmentadora e simplificadora do real” (ALVARENGA, *et all*, 2011, p.21). Agrega-se a isso sua apresentação como meio capaz de compreender a complexidade dos fenômenos sócio-espaciais que marcam esse novo conceito de território.

Interessantemente, esses estudos surgiram por meio de publicações no exterior, entre as décadas de 1950 a 1970, sendo oportuno destacar a França e a Itália, pois influenciaram o Brasil principalmente nos anos oitenta. Contudo as efervescências desses pensamentos se deram a partir de 1990, quando se destacaram os pensadores Claude Raffestin, Henri Lefebvre, G. Dematteis, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Arnaldo Bagnasco, Robert Sack, Angelo Turco, Eugenio Turri, Milton Santos e vários outros.

Com efeito, qual seria o real conceito de território para os nossos dias? A fim de ajudar na correta compreensão desse questionamento, como procedimento metodológico, dada a abordagem qualitativa, adota-se a pesquisa bibliográfica, que consiste na reunião de todo material bibliográfico publicado nas mais variadas formas: livros, teses, dissertações, revistas, e artigos científicos relacionados ao assunto, tendo como referencial teórico Claude Raffestin e Milton Santos, a fim de deixar esse ponto esclarecido.

## 2. Estudos territoriais

Dada a abrangência do termo território atualmente, muitos teóricos fazem um grande esforço teórico-metodológico para apresentar um conceito para esse tema que é amplíssimo e de difícil delimitação. Tudo, a fim de desconstruir a rasa definição de território presente nos dicionários e nas literaturas convencionais, buscando ao mesmo tempo apresentar sua complexa realidade, sua evolução conceitual utilizada por diversas áreas das ciências humanas, onde Saquet faz a seguinte constatação:

O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc.. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (*objetiva e subjetivamente*). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente. (SAQUET, 2006, p.83)

Esse conceito de território é originado de um movimento chamado Nova Geografia, pois “emerge da Geografia uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas” (TERRA, 2009, p. 22) em escalas internacionais, em meio ao século XX, com o advento da globalização. Para uma melhor compreensão desse termo há trabalhos científicos que fazem várias classificações, dentre elas destacam-se a cultural e a materialidade.

A categoria cultural ou simbólica é constituída de certos símbolos e/ou identidades. E nessa perspectiva tem-se Gilles Deleuze e Félix Guattari que, sem desprezar os pensamentos de Marx e Freud, rompem os dogmas destes e criam a obra *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*, publicada em 05 tomos, divididos em “platôs” que podem ser lidos separadamente. Nela, há várias apresentações de dicotomias nos

campos social e político que, ao final, frustram qualquer aplicação direta de simples fórmulas políticas. Suas questões como desterritorialização e reterritorialização são categorias que são aplicadas nos estudos territoriais. Em relação ao território para Deleuze e Guatarri, a literatura aduz que

[...] não é apenas compreendido como uma construção social, mas é natural e também psicossocial, o qual condiciona novos elementos culturais, políticos e econômicos a todo instante. A movimentação e inclusão destes elementos materiais e imateriais favorecem a criação de outras territorialidades, de novos sentidos ao território. (MONDANESE, 2009, p.19)

Da rápida exposição que se acaba de fazer, é possível compreender que o território segundo essa visão está atrelado a certa subjetividade envolvendo as relações sociais que dizem respeito à desterritorialização e reterritorialização, no tempo e no espaço. (MODANESE, 2009, p.20)

A desterritorialização pode ser entendida como o movimento pelo qual se abandona o território, o que se dá de duas formas, a relativa, que se sustenta na reterritorialização e reduz as linhas de fuga; e a absoluta, que é trabalhada a partir de uma nova terra (NATÁLIO, 2013, p.201). Situação que é pertinente como se verifica na transcrição da obra

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. [...] que pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada. [...] permanece *relativa*, pois a linha de fuga que traça está segmentarizada, dividida em “processos” sucessivos, precipita-se em buracos negros, ou até desemboca num buraco negro generalizado (catástrofe). [...] Existe uma *D absoluta*, e o que quer dizer “absoluto”? o ponto de se poder nomear a criadora da terra – uma nova terra, um universo. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.197,198) (nosso grifo)

Observe que a reterritorialização é o complemento do movimento de desterritorialização, e andam concomitantes. Trata-se da retomada do território sem o pensamento original e com uma nova perspectiva de que não podem ser separados, pois existem continuamente em si mesmos. É um constante movimento que, ao mesmo tempo em que está presente na parte, se faz conhecido no todo das relações. Esse movimento faz com que se territorialize, desterritorialize e reterritorialize, segundo o ambiente e o comportamento em que está inserido, sem por fim ao território.

Nesse sentido, são correlatas e indissociáveis as categorias: território, desterritorialização e reterritorializações. Tal afirmação se sustenta nas palavras dos próprios autores, ao aduzirem:

Em primeiro lugar, o próprio território é inseparável de vetores de desterritorialização que [...] por sua vez, é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a D nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo de formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.198)

Com esses movimentos de desconstrução e construção, de encontros e desencontros, é que os autores entendem a dinâmica do capitalismo, pois as territorialidades pré-capitalistas criam outras relações com a terra e fazem surgir novos territórios. O exercício do Capitalismo termina por regular códigos e fluxos sociais, em função de uma economia dos desejos e das riquezas e, assim, cria uma sociedade essencialmente esquizofrênica (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 21).

Do que se acaba de expor, esses pensamentos dos autores franceses ficaram conhecidos como esquizo-análise, que consiste numa interpretação diferenciada da abordagem do Édipo de Freud. Logo, a esquizofrenia como processo é simultaneamente, a parede, a abertura da parede e os possíveis fracassos dessa abertura na construção dos territórios, e até mesmo nas desterritorializações.

As contribuições deleuze-guattarian, no que se refere às categorias territorialização, desterritorialização e reterritorialização, abrem espaço para novos conceitos, constroem novos territórios e além disso adicionam os aspectos culturais nesse campo de estudos.

Haesbaert; Bruce (2002, p.13) entendem que Deleuze e Guattari, na riqueza de seus conceitos, apresentam uma nova forma de se abordar a geografia: a “geografia do *socius*, a geografia do pensamento”. Qual seja: uma geografia que não fixe a visão em lugares contínuos e limitados, mas que analise por meio de rizomas, de lugares móveis e seja pensada de forma inclusive híbrida. Assim, teríamos uma “geografia dos lugares nômades”.

Dessa forma, os conceitos de desterritorialização e reterritorialização ajudam na compreensão das práticas sociais, de um capitalismo que gera uma esquizofrenia na sociedade atual, sendo importante elaborar formas de se compreender e alterar esses processos de continuidade, descontinuidades feitas pela força do capital.

Feitos tais apontamentos é pertinente apresentar a categoria materialista do território, fundamentada no movimento Nova Geografia, que num olhar crítico se sustenta na concepção marxista em meio ao cenário global, em que os agentes se apropriam de determinado espaço e usam o poder para se chegar a certo objetivo, vez que a mão de obra do trabalhado possui o seu valor. Nessa classe pode-se utilizar como

exemplo Claude Raffestin e Milton Santos. É justamente nessa concepção que o trabalho se sustentará, quando seus pormenores serão conhecidos ao longo da trajetória das visões de seus referenciais teóricos.

Contudo, não é o propósito deste estudo elaborar uma teoria geral sobre o assunto, nem fixar critérios por meio dos quais se possam escalonar os fenômenos de acordo com a sua fundamentalidade social. Será importante, entretanto, realizar algumas indagações, tais como: qual o conceito de território a ser utilizado nesta pesquisa para atingir o seu fim? E, dentre os escritores apresentados, quais possuem afinidade com o objetivo a que se propõem?

Nessa perspectiva, adentrar-se-á no cerne deste, como forma didática para o correto processo de abstração e compreensão de seus aspectos, o que se faz à luz dos ensinamentos materialistas de Claude Raffestin e Milton Santos, dos quais se lançará mão este trabalho.

### **3. O território na interpretação de Claude Raffestin**

A obra *Por Uma Geografia do Poder* é um ensaio teórico do geógrafo francês Claude Raffestin, escrito durante os anos de 1976 a 1980, que trata de um tema central para os estudos territoriais - o caráter político do território e suas territorialidades.

Nos relatos de Saquet (2007), o autor da obra em questão – Claude Raffestin conviveu com a geografia suíça e estudou na França conjuntamente com Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Henri Lefebvre, que se propuseram a dar uma nova abordagem à geografia clássica.

Seu trabalho de cunho materialista não é um manual, para que não seja considerado um conjunto de idéias fundamentais; inexistem na obra exemplos para que o leitor não se limite aos escritos esparsos; e as colocações existentes não estão concluídas, para que haja novas reflexões e questionamentos, para a propagação do conhecimento.

Ainda ancorado no entendimento de Saquet (2007, p.75) o autor tinha como questão principal, no momento de sua escrita, a necessidade de propor uma abordagem renovada, interdisciplinar e material do território e da territorialidade, porém incorporando aspectos semiológicos.

Assim, feita esta digressão introdutória, buscar-se-á neste tópico extrair da amplitude da obra do autor as suas concepções teóricas acerca dos estudos territoriais

que influenciaram fortemente o Brasil na década de 1990, e ainda contribuem validamente para com as pesquisas de cunho interdisciplinar em nossa contemporaneidade.

### **3.1 As concepções raffestianas**

Logo no início da obra o autor faz duas constatações. A primeira, “o século XX foi marcado pela geografia do Estado, uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado”. E assim, caminha para sua segunda constatação, quando renova a abordagem clássica do estudo ao afirmar que “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes.” (RAFFESTIN, 1993, p.22,17)

No que tange à primeira constatação, elementos em torno da organização do Estado foram o objeto da geografia até Ratzel, tendo sido deixado de examinar as organizações dotadas de poder político. A fim de resolver esse problema, Raffestin criou argumentos para estudar a problemática relacional, com o intuito de revelar a investida do poder político nas relações espaciais. (GALVÃO, *et all*, 2009, p.35).

A problemática relacional proposta pelo autor é tríade e consiste em: “querer existir, saber existir, poder existir”, e essas questões são ainda maiores, cujo enfoque está na participação direta das inquietações sociais. Diferentemente da problemática morfofuncional, fundada no “querer ver, saber ver, poder ver”, que está ligada apenas na contemplação.

Diante de tais argumentos, o autor alerta para uma relação que está presente no dia-a-dia das pessoas, em paralelo à problemática relacional, seja na troca material, na lingüística, e até no resultado do trabalho humano. Os elementos constitutivos dessa relação são os “atores” (sujeitos) com suas finalidades e estratégias para atingirem os fins almejados; e neste processo existem códigos constituídos por articulações econômicas, políticas e culturais, onde o poder está presente, e faz parte de todo o processo relacional. (RAFFESTIN, 1993, p.37-38).

Em se tratando da segunda constatação: “a geografia do poder”, sua existência está atrelada ao processo relacional que emana o poder em duas vertentes. O primeiro, o Poder com letra maiúscula, diz respeito ao Estado e suas manifestações complexas, e até mesmo às empresas, pois encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Na segunda vertente, o poder, letra minúscula, existe em toda relação, em todo

lugar, não engloba tudo, mas vem de todos os lugares. Ambas as constatações visam ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas, e são denominados por “trunfo do poder”, local onde se revela o “território do poder”, espaço político por excelência. (RAFFESTIN, 1993, p.52, 58, 60)

Considerando ainda a segunda constatação, chave central das relações cotidianas, o poder é exercido por atores sintagmáticos em detrimento dos atores paradigmáticos, o que resulta em múltiplas significações. Assim, a “geografia do poder”, manifesta-se em três elementos: 1) a população, lugar que resulta a ação do poder; 2) território, o espaço político, e 3) recursos, meio para atingirem a ação desejada. O que pode resultar em relações simétricas ou dissimétricas, o que irá variar segundo a intenção pretendida pelos atores.

Nesse intento, os argumentos concernentes à abordagem relacional existente no território são marcados pela multidimensionalidade do poder, sendo as territorialidades o resultado de tais relações. Por sua vez, Raffestin apoiando-se na idéia da geografia política do Estado de Friedrich Ratzel, constrói uma identidade própria e rompe com o clássico pensamento do alemão.

Uma vez rompido o conceito de território com o pensamento clássico e apresentada a contextualização das dimensões sociais, há indícios que apontam para uma nova ressignificação dos valores do mesmo e também das territorialidades. Para os novos significados Raffestin utilizou como referenciais teóricos vários autores como Lefebvre, Deleuze, Soja, Foucault e até Marx.

Essas ressignificações também podem ser tratadas como renovação de valores, com as quais Raffestin delimita claramente o novo sentido de espaço, território e territorialidade, quando se fazem necessárias algumas citações longas, para ser fiel ao preceito do autor.

Na visão materialista de Raffestin, o espaço geográfico é "a matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um 'dado', pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço" (RAFFESTIN, 1993, p.223).

Não obstante, o entendimento de Saquet acerca do espaço é algo antes do território, ele não é apenas palco ou receptor de ações dos atores, tem um valor de uso e um valor de troca, de distintos significados e por fim é elemento constituinte do território, uma vez que são indissociáveis. (SAQUET, 2010, p.77)



Ora, se o espaço e território ao mesmo tempo são distintos e indissociáveis, o que vem a ser o território? Vejamos o próprio autor:

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator ‘territorializa’ o espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144) (nosso grifo)

No que tange à territorialidade, existe uma dificuldade de delimitar seus valores em face de seu nascedouro, sua dinâmica e amplitude. Para o autor ela,

[...] reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Assim sendo, nessa esteira tem-se ainda que,

[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Nesse contexto existe a possibilidade de se abstrair que a territorialidade se constitui das relações sociais que se dão dentro de um determinado espaço ou até no território. Contudo Raffestin (1993) afirma que “tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou comunicação” (p.161). Dessa forma estariam as bases da territorialidade construídas sob relações simétricas ou dissemétricas que, segundo a ciência voltada para o ser humano, estariam inclusas no “quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (p.161).

E, por mais que se delimite esse “conceito”, ficará em aberto

[...] eis por que pensamos que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. [...] Não é possível compreender essa territorialidade se não considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica. (RAFFESTIN, 1993, p.161)

No sistema territorial, os atores em suas relações vão produzindo as “tessituras, nosidades e redes que criam acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir” (p.161). E dessa divisão surgem as tessituras, sobre as quais o autor aponta a seguinte informação

[...] a tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escaladas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. (RAFFESTIN, 1993, p.154) (nosso grifo)

Assim, as tessituras criam fronteiras, limites ainda que não físicos, com o objetivo de apontar a identidade de um grupo manifesto pelo poder, e podem ser inclusive de ordem econômica e cultural, podendo até sofrer alterações à procura de uma malha.

A malha não possui uma característica uniforme, e sim dados que se complementam, dos quais se destacam os nós, a sede do poder, que são interdependentes e, portanto, precisam circular e se comunicar, por meio de seus atores através de suas redes, entendidas como:

[...] a rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força do espaço e no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder. Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço dela. (RAFFESTIN, 1993, p.204)

Em se tratando das redes do poder, o ideal é que este circule em tempo real, observando tudo sem ser visto. Nessa concepção panóptica de Michel Foucault, a comunicação pode ser dissimulada, o poder pode controlar, vigiar e interceptar, praticamente sem ser visto. E “um dos trunfos do poder hoje é informacional, e a informática é um dos meios” (p.203).

Tudo isso feito pelos atores com suas estratégias, por meio de seus recursos que são voláteis, em termos de poder, e podem ser identificados como correntes ou de pouco uso. Tudo dependerá de sua eficiência diante do caso concreto.

Da exposição que se acaba de fazer, *a priori* pode parecer que se está diante de um emaranhado de dados desconexos e confusos, no entanto, não é assim, as territorialidades, segundo a visão de Saquet (2010), devem ser entendidas como multidimensionais e inerentes à vida em sociedade. Afinal o ser humano vive em relações sociais, numa contínua construção do território por meio das interações e das relações de poder, e se revela na construção das malhas, nós e redes que resultam em um novo território.

Por fim, é importante observar que, como fora anteriormente demonstrado, Raffestin não conceitua os termos propostos, ele se preocupa em apenas descrever esses elementos. Desse modo, há indícios de que os conceitos estão em aberto aos estudiosos,

e podem ser aplicados no caso concreto a fim de dar vida ao território e suas territorialidades.

### **3.2 As contribuições raffestianas**

Dentre as contribuições científicas de Claude Raffestin, serão abordados apenas sete aspectos, demonstrados em tópicos para melhor evidênciação.

1) O rompimento do entendimento clássico da geografia política do Estado, pois em Ratzel o termo território é sinônimo para determinar ora solo, ora Estado-Nação;

2) A apresentação de uma geografia humana e política do poder multidimensional, quando as relações estão marcadas pelo poder, através da problemática relacional;

3) A proposição do território, assim como das territorialidades, nas dimensões políticas e econômicas.

4) A explicitação de que existem práticas simétricas e dessimétricas que circundam as relações sociais;

5) A identificação da população como trunfo na geografia política;

6) A clarividênciação de “quer se trate de relações com os homens, com os territórios ou com os recursos, há sempre a criação de regras e de normas, cuja finalidade é aumentar a eficácia do controle da gestão dos seres e coisas” (p. 268).

7) A geografia política está ligada a quase tudo, expressão que o autor denomina “produção do mundo” e, para melhor evidênciação, é necessário haver um diálogo entre vários ramos do conhecimento.

Apesar de o autor trabalhar com os aspectos materiais do território, Saquet (2010, p.76) um dos estudiosos do assunto, aponta para a possibilidade de se aplicarem os ensinamentos raffestianos em várias áreas, por meio da ciência dos símbolos humanos - semiologia. Isto porque o território se manifesta na linguagem, na comunicação, no sagrado e profano, nos signos e até nas diferenças raciais e étnicas.

Ante tais constatações é pertinente apontar que existem variações das territorialidades imateriais e ideológicas, nos três mundos: 1) real; 2) das sensações e; 3) da representação social. Não obstante, há indícios de trabalhos científicos que defendem o território do corpo, e também as manifestações das territorialidades nas obras literárias.

Dessa forma, encerra-se a análise de *Por uma geografia do poder*, obra que teve três tempos. O primeiro que trata da geografia próxima a Ratzel; o segundo, na construção das territorialidades e do poder; e o terceiro, que dá indícios da fragmentação do território apresentado teorias que influenciaram os nossos dias com uma visão da geografia contemporânea.

#### **4. O território na perspectiva Milton Santos**

Milton Santos (2001) se justifica para valorizar os trabalhos teóricos e metodológicos brasileiros, que têm se revelado valiosos em relação aos assuntos territoriais. Desde a década de 1970, as contribuições significativas do autor têm influenciado os estudos geográficos no mundo atual.

Segundo Saquet; Silva (2008), Milton Santos, quando manteve carreira acadêmica na França, participou ativamente de uma transição importante da chamada geografia ativa para a radical-crítica. Processo ocorrido entre os anos de 1960-1980, quando se envolveu com vários pesquisadores, dentre eles: Pierre Deffontaines, Pierre George, Pierre Mombeig, Henri Lefebvre, David Harvey, Yves Lacoste, Jean Paul Sartre. O referido movimento também foi qualificado por outros pesquisadores como: Henri Lefebvre, Edward Soja, Manuel Castells, Francesco Indovina, Paul Claval e Massimo Quaini, que foram influenciados pelos pensamentos do brasileiro.

Milton Santos propõe ainda um diálogo da geografia com os demais ramos dos saberes, propagando as discussões interdisciplinares na América, Ásia e África, a ponto de, em 1994, ganhar o Prêmio Internacional de Geografia *Vautrin Lud*, considera como “prêmio Nobel” dessa ciência.

##### **4.1 As concepções miltonianas**

A *Natureza do Espaço*, obra considerada como a mais relevante da carreira de Milton Santos, é fruto de um longo percurso realizado por vários lugares e com diálogo com muitas pessoas distintas, movimento semelhante ao de Adam Smith antes de escrever a *Riqueza das Nações* no século XVIII.

Na premiada obra do autor brasileiro, antes de conceituar o espaço, tempo, paisagem e território, ele faz uma digressão acerca do objeto de estudo da geografia, para só depois se posicionar sobre esses termos. Então, qual é o objeto de estudo da geografia?

Tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida. (SANTOS, 1996, p.72-73)

No que se refere aos objetos exteriores ao homem, cita-se a ação do mesmo que “não é um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado” (1996, p.78), que é cada vez mais estranho aos seus próprios fins e lugar, e oscila entre o racional e o simbólico. Santos constata que:

[...] a ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também as empresas, e as instituições. (SANTOS, 1996, p.82)

Essas ações são frutos de necessidades, que “podem ser classificadas como materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, que conduzem os homens a agirem e os levam às funções (p.82)”. Ações estas que estão atreladas ao objeto da geografia, quando se chega aos sistemas de objetos e os sistemas de ações, os quais são inseparáveis, e dessa inseparabilidade nasce o espaço que se difere da paisagem. (1996, p.100)

É importante ressaltar esse ponto. Qual era a intenção do autor ao explicar o objeto de estudo da geografia? É bem verdade que como geógrafo conhecia o seu campo de atuação, logo, era desnecessário que fosse explicado o objeto de estudo dessa ciência. O que nos leva a intuir que Milton Santos procura construir uma linha de raciocínio e tenta superar os conceitos da geografia física, para uma geografia humana; e o faz de forma delicada, inserindo os elementos naturais e sociais no território, que está implicitamente alocado no conceito.

Feitos tais apontamentos, verifica-se que o autor caminha para a conceituação do espaço, tempo e território, que ainda é uma tarefa árdua de se fazer dado o caráter provisório dos conceitos, e por possuir significados de diferentes valores na complexa modificação da realidade humana.

Paisagem pode ser compreendida como o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.

É a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. É também o conjunto de objetos reais-concretos providos de um conteúdo técnico específico, em condição imutável dado seu sistema material.

Assim, é paisagem: transtemporal, cujas formas criadas em momentos distintos do passado, coexistem num momento atual. (SANTOS, 1996, p.103-104)

No que tange ao espaço, esse dá vida à paisagem. Sempre é um presente, uma construção horizontal, uma situação única, que resulta na intrusão da sociedade no objeto. É um sistema de valores que se transforma permanentemente.

O espaço também é uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso; é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade tem num dado momento.

Além disso, o espaço é a sociedade, e a paisagem também o é, num acordo permanente, sem alcançar um determinado fim. Suas formas compõem a paisagem no momento atual, com respostas atuais, que são respostas da sociedade sobre diferentes necessidades. (SANTOS, 1996, p.103-104)

Essa conceituação amplíssima pode ser resultado de uma concepção feita na década de setenta, à qual o autor se manteve fiel. Observe:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Ante essa constatação depreende-se que esse conceito também congrega as relações sociais que se manifestam por meios dos processos e funções, que não se apresentam de igual forma em todos os lugares, pois adquirem outra concepção. Assim

o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Dessa forma, o espaço em sua totalidade, além de refletir as relações sociais vividas pelo ser humano em vários momentos do tempo, também está atrelado à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia.

Saquet explica que o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, que representa o lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. Já no que tange ao espaço geográfico esse é organizado pelo homem vivendo em sociedade e

cada sociedade, historicamente, produz o seu espaço como lugar de sua própria reprodução. (SAQUET e SILVA, 2010, p.8)

De toda sorte,

[...] em sua concepção, o espaço era ao mesmo tempo *forma* (como as estruturas de uma imagem de satélite de nossa cidade) e *função* (o processo de ações humanas que constroem a paisagem). Esta noção do espaço como um conceito híbrido, em permanente mudança, está na base de sua síntese: “o espaço é um conjunto de objetos e um conjunto de ações”. Síntese magistral e de vastas consequências. (CÂMARA, 2001, p.3)

Nesse sentido, a fim de concluir esse raciocínio a obra sinaliza que o espaço pode ser pensado como uma vinculação envolvendo natureza, sociedade e trabalho. O ser humano é o elemento que os vincula e proporciona a dialética com todas as concepções pensadas pelo autor.

Milton Santos possui uma visão materialista acerca do território que em seu cerne é tratado como “conjunto de lugares”. Na obra *Natureza do Espaço*, a expressão “território” aparece várias vezes, na sua maioria como força econômica, e em menor intensidade como norma, espaço-tempo e Estado-Nação, uma vez que

[...] a materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto à escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares. (SANTOS, 2009, p.35) (nosso grifo)

Porém nessa mesma obra o autor amplia o seu olhar, sendo o território o lugar econômico, tanto que faz 120 referências sobre esse tema. Esse território, onde as forças produtivas, organizadas por meio de suas redes, transportam dados de seus atores hegemônicos, impõe à sociedade regras egoístas. E alega que

[...] o território é a arena da oposição entre o - mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 2009, p.175) (nosso grifo)

Ora, é a rede “técnico-científico-informacional”, utilizada pelos atores hegemônicos para o exercício das forças econômicas da globalização, que indica a

fragmentação do território, e aponta para uma desterritorialização face ao desaparecimento do espaço pelo tempo

[...] eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional. Em tais condições, a noção de territorialidade é posta em xeque e não falta quem fale em desterritorialização (O. Ianni, 1992, p. 94; J. L. Margolin, 1991, p. 100) atribuindo-lhe alguns significados extremos, como o da supressão do espaço pelo tempo (Virilio, 1984) ou o da emergência do que chamam do “não-lugar” (M. Auge, 1992) (SANTOS, 2009, p.163)

Ao aplicar a inteligibilidade, verifica-se que o território é formado por lugares em que se encontram a Nação, a vida social das pessoas e o movimento global. Desse encontro, os atores exercem uma “inteligência maior, situada nos centros motores da informação” para obter o lucro. (SANTOS, 2009, p. 35)

Em última análise o território é algo subentendido na obra alça diferentes formas. É nele que forças harmoniosas se juntam para orquestrar a peça chamada “globalização”, com o objetivo de agradar os ouvidos de um pequeno grupo de atores. É importante que se levante um discurso não antiglobalização, pois não é possível voltar ao *status quo*, mas que se lute por “uma outra globalização”.

No que diz respeito às verticalidades miltonianas, são aquelas ações colocadas à disposição do capital, tal seja, os recursos econômicos que podem ser fornecidos a determinadas nações e/ou empresas, a fim de contribuir para o engrandecimento próprio, que culminará também na fomentação da “globalização perversa”.

Dessa forma, na verticalização os vetores de modernização são entrópicos, porque a ordem que criam é em benefício próprio, eles são exclusivistas, egoístas e tendem a corroer a coesão horizontal. (SANTOS, 2005, p.260)

Em se tratando das “uniões horizontais”, são humanas, voltadas para o serviço da economia local, permitindo a igualdade entre todos. São ações éticas

[...] que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade. (SANTOS, 2005, p.260)

Dessa feita as uniões horizontais, quando ampliadas, beneficiam a todos os habitantes do local, permitindo que sua economia fomenta e, por conseguinte, impede a verticalidade capitalista nesse cenário que a tudo destrói e desorganiza, sem olhar a essência do bem comum.



## 4.2 As contribuições miltonianas

Milton Santos reformula a noção para o território, até então herdado da modernidade, e constrói outra realidade. Antes quase todos os territórios eram definidos pelo Estado-Nação. Hoje na maioria desses lugares há uma nova noção dada pela pós-modernidade, valor que foi alterado pela “transnacionalização”.

Ademais, praticamente em todos os lugares, há lutas para se impor uma nova forma de se governar, em que o autor aponta o retorno para o território de origem.

As relações de poder, como fator determinante para o território segundo a visão de Claude Raffestin, foram um avanço para os estudos territoriais, contudo

[...] é com a obra de Santos, no meu entendimento, que se dá um salto mais significativo, neste momento e lugar, sobre a temática em questão. Esse autor faz uma abordagem materialista dialética do espaço geográfico, como seu conceito principal, destacando a atuação dos agentes do capital e do Estado. Sua ênfase é econômica [...] agora, reconhece a política, a cultura, a natureza, no espaço e na *configuração territorial*. (SAQUET, 2010, 90-91)

Assim, as concepções teórico-metodológicas miltonianas acerca do território são relevantes para os estudos territoriais, visto que os seus conceitos de tempo, espaço e território numa visão econômica desvelam o interesse do capital e de uma globalização que propõem uma “outra globalização”, baseada na horizontalidade, “capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (SANTOS, 2005, p.260). Por fim, para além do capital, o território econômico precisa estar atento às complexidades relacionais existentes na vida humana como na sociedade.

## 5. Considerações Finais

Até aqui se trabalhou a apresentação do território, seus desdobramentos e suas constantes continuidades e descontinuidades, sob o enfoque material. Iniciou-se com uma abordagem em Raffestin, um dos teóricos que influenciou consideravelmente os estudos territoriais, caminhando para Milton Santos que efervesceu essa temática no Brasil.

O objetivo foi a apresentação dos dois referenciais teóricos que de alguma forma, marcam os estudos territoriais. Assim, de forma singela demonstra a amplitude da temática em suas duas perspectivas, materialista e humanística, e por sua vez revela a importância da interdisciplinaridade como mecanismo de diálogo entre as ciências atuais.

A interdisciplinaridade é o campo de conhecimento em construção que, ao lado de outras ciências, discute os diferentes desafios teóricos que se impõem aos pesquisadores na atualidade e assim busca responder os problemas gerados pela ciência moderna. (ALVARENGA, *et all*, 2011, p.4, 21)

Conclui-se esse tópico lembrando que o esforço até aqui feito para apresentar os estudos territoriais ainda é preliminar, dada a riqueza do assunto, mas podem ser aplicados praticamente em todas as áreas do conhecimento, frente a sua característica marcante, a interdisciplinaridade - vetor do diálogo com os demais ramos das ciências, num mundo marcado pela complexidade das relações sociais que acontecem de forma veloz.

### **Bibliografia**

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A natureza do espaço para Milton Santos. **Revista Geografares**. n6, p.155-165, 2008.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3ed., Florianópolis, EDUSC: 2007.

**Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: O território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Maria Teresa Franco Ribeiro e Carlos Roberto Sanchez Milani. Organizadores. EDUFBA, 2009, disponível digitalmente em <http://books.scielo.org/id/37t>

FERNANADES, Dalvani. **Território e territorialidade: algumas contribuições de Raffestin**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, V. II, n. 4, p. 59-68, jul/dez, 2009.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

**Economia e território**. Clélio Campolia Diniz e Mauro Bores Lemos. Organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. Geografias moderna e pós moderna. **Revista Geographia**, v.1, n.1, p.121-137, 1999.

FERNANDES, Dalvani. Território e territorialidade: Algumas contribuições de Raffestin, **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. II, n 4, jul/dez 2009, p. 59-68,

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positiva; 2009.

GALVÃO, A.R.G. *et al.* **O Território e a Territorialidade: contribuições de Claude Raffestin** In Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) Leituras do conceito de território e de processos espaciais (pp.33-46), São Paulo: Expressão Popular, 2009

HAESBAERT e BRUCE, Rogério e Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Revista Geographia**. V 4, n 7, 2002.

HOUSAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

**Intedisciplinariedade em ciência, tecnologia & inovação.** Arlindo Philippi Jr e Antônio J. Silva Neto. Organizadores. 1 ed., Barueri-SP: Manole, 2011

MASTAFA, Solange Puntel. **Para ler a filosofia de Deleuze e Guattari.** Alínea, Campinas, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática: 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4ª Ed. 1996.

SANTOS, Milton. Território e o dinheiro. **Revista Geographia**. Ano 1, n.1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: RECORD, 6 ed. 2001.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** OSAL, Ano VI, n.16, p.251-261, enero-abril, 2005.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** OSAL, Ano 6, n. 16, junho, 2005. disponível digitalmente em <http://start.iminent.com/?appId=C38BC2E8-1604-40B7-AC43-6E02DD9D88BA&ref=toolbox&q=o+retorno+do+territorio>, acessado em 15/01/2013

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET. Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Revista Geographia**, UERJ, Ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio, SILVA, Sueli Santos, MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geographia**, UERJ, Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42

SAQUET e SOUZA, Marcos Aurélio e Edson Belo Clemente. **Leituras do conceito de território e processos espaciais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

SAQUET. **Abordagem e concepções de território**. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. N. especial 2011, p.1-16.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: FORENSE, 27 ed., 2006.

**Território: Globalização e fragmentação**. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira. Organizadores. 5 ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2006

VIEIRA, Eurípedes Falcão, VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Espaços econômicos: geoestratégias, poder e gestão do território**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.